

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de trabalho 08: Trabalhadores, Sindicatos e Ações Coletivas

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015: conquistas históricas

Mônica da Silva Paranhos – Universidade Estácio de Sá e Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da UFRJ

Elina Gonçalves da Fonte Pessanha- Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ

O Acordo Coletivo do Trabalho 2013-2015 da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

A negociação coletiva trabalhista com a Petrobrás para o Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 levada a frente pelos petroleiros dos sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) teve em 2013, incluindo a greve no segundo semestre desse ano, seu momento de clímax.

A data-base da categoria petroleira é 1º de setembro e quem negocia com a Petrobrás é a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e não os sindicatos isoladamente. Ressalta-se também que o movimento sindical petroleiro tem duas federações, a FUP e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

A Federação Única dos Petroleiros era então composta dos seguintes sindicatos: Sindipetro Amazonas, Sindipetro Ceará, Sindicato dos Trabalhadores do ramo Químico/Petroleiro da Bahia, Sindipetro Duque de Caxias, Sindipetro Espírito Santo, Sindipetro de Porto Alegre, Canoas e Osório/ RS, Sindicato Unificado dos Petroleiros do estado de São Paulo (São Paulo capital, Campinas e Mauá), Sindipetro Minas Gerais, Sindipetro do Norte Fluminense, Sindipetro Paraná/ Santa Catarina; Sindipetro Pernambuco, Sindipetro Rio Grande do Norte e Sindiquímica Paraná.

Em função disto, a Petrobrás realiza rodadas de negociação coletiva com cada uma das federações separadas, mas o Acordo Coletivo de Trabalho fechado com a empresa vale para a categoria no país inteiro, tanto para os funcionários administrativos quanto para os trabalhadores do chão de fábrica, exceto para os funcionários das empresas petroleiras privadas, que em muitos casos são empresas multinacionais. Os sindicatos dos petroleiros de cada estado ou região realizam a negociação salarial dos funcionários com cada empresa privada.

Outra singularidade da categoria petroleira é que o Acordo Coletivo do Trabalho compreende o período de dois anos. É de praxe no movimento sindical petroleiro discutir todas as cláusulas, tanto as sociais quanto as econômicas do Acordo coletivo de trabalho quando o ano é ímpar. Quando o ano é par, somente as cláusulas econômicas são discutidas.

Os preparativos para a negociação coletiva a ser realizada com a Petrobrás começam com bastante antecedência nos sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros porque há uma plenária nacional que tem por

objetivo unificar as pautas de reivindicações apresentadas. Esta plenária nacional costuma ser no meio do ano. A dinâmica é cada sindicato realizar um encontro ou congresso antes da plenária nacional para confeccionar as pautas de reivindicações. O nosso olhar se volta principalmente para os trabalhadores do chão de fábrica, ou seja, os petroleiros que trabalham na produção.

Nosso objetivo neste artigo é recuperar a trajetória de negociação coletiva do ano de 2013 dos sindicatos dos petroleiros que compõem a FUP naquele momento, o repertório de ações ¹do movimento sindical observado. A escolha de pesquisar o Acordo Coletivo de Trabalho de 2013-2015 se deve ao fato de que 2013 foi um ano de negociação de toda a pauta, incluindo cláusulas econômicas e sociais, conforme apontado acima.

Preparação para as negociações no Sindipetro NF

O sindicato escolhido para acompanhar a construção de uma pauta de reivindicações que abrangesse todas as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho foi o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO NF) e depois esta pauta e as demais pautas dos Sindicatos dos Petroleiros foram levadas para a Plenária Nacional da FUP. A região da Bacia de Campos é responsável por 80% da produção de petróleo do Brasil². De acordo com a Petrobrás, “a Bacia de Campos é a principal área sedimentar já explorada na costa brasileira. Ela se estende das imediações da cidade de Vitória (ES) até Arraial do Cabo, no litoral norte do Rio de Janeiro, em uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados”³.

A região da Bacia de Campos, na época pesquisada contava com 49 plataformas. Além das instalações *off shore*, ainda há o Terminal de Cabiúnas,

¹ O repertório do confronto também é um conceito fundamental para a compreensão teórica do protagonismo dos trabalhadores, representando a tradição de lutas e o reajuste de práticas criativamente a partir da conjuntura política. Charles Tilly (2006 e 2008) define repertório como um conjunto circunscrito, familiar e historicamente construído de performances reivindicativas pelas quais os grupos sociais se engajam em conflitos. A performance seria a forma de ação nos conflitos sociais para reivindicar demandas ou ressaltar interesses explicitando que o repertório de conflito não é uma reprodução automática das práticas do passado.

² Maiores informações em SOUSA, Rodinele Ribeiro de. **A identidade de classe dos petroleiros da Bacia de Campos dos Goytacazes**, RJ, 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012. pg 47.

³ Informação obtida no sítio <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-de-campos.htm> acessado em 10 de março de 2015.

on shore que atualmente é denominado Unidade de Tratamento de Gás-UTG/CAB. Além destas unidades de produção há o Parque de Tubos, a base de Imbetiba e Santa Mônica onde funcionam os escritórios administrativos da Petrobras em Macaé.

A base de trabalhadores da Petrobrás na Bacia de Campos era então da ordem de 13.000 sendo que em torno de 10.000 trabalhadores são filiados ao SINDIPETRO NF, de acordo com o então coordenador geral Marcos Frederico Dias Brêda. O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense é o segundo maior sindicato de petroleiros do Brasil em termos de filiados. O maior sindicato dos petroleiros em termos de filiação é o do Rio de Janeiro, majoritariamente constituído por trabalhadores de escritório. Além de ter uma base grande de trabalhadores sobretudo de chão de fábrica, e filiados, há que se levar em consideração a pujança da extração e produção de petróleo na Bacia de Campos⁴. Em função das informações mencionadas acima, o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense foi escolhido como ponto de partida a ser estudado para entendermos o arranjo da construção da pauta de reivindicações deste sindicato e o desdobramento deste processo na IV Plenária Nacional da FUP que se realizou entre os dias 06 a 09 de junho de 2013 no assentamento Normandia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Caruaru, Pernambuco.

As Rodadas de Negociação Coletiva da FUP com a Petrobrás

Conforme mencionamos anteriormente, a pauta única de reivindicações dos petroleiros para o Acordo Coletivo do Trabalho 2013-2015 foi construída com as contribuições de todos os sindicatos filiados à FUP. Há um documento orientador sobre conjuntura que é produzido pelo técnico do DIEESE. Com estas duas ferramentas, os sindicalistas da FUP, os assessores jurídicos e o técnico do DIEESE da subseção da FUP transformaram todas as resoluções votadas em uma única pauta de reivindicações.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores do Sistema Petrobrás foi entregue e protocolada pela FUP e pelos sindicatos no dia 09/08/2013 na sede

⁴ PEREIRA. P.S. A indústria petrolífera e seus reflexos na economia fluminense *In Seminário Regional Sudeste - DIEESE/CESIT/CNPq*, São Paulo, 13 e 14 de março de 2002. Anais.

da Petrobrás no Rio de Janeiro. A FUP cobrou a antecipação da inflação acumulada desde o mês de setembro de 2012, com estimativa de 6,6% com base no ICV/DIEESE.

O calendário inicial das rodadas de negociação e os assuntos abordados do mês de agosto de 2013 ficou da seguinte forma:

- 15/08 Benefícios, Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), Petros⁵ e Anistia;
- 19/08 Relações sindicais, efetivos e movimentação de pessoal e terceirização;
- 26/08 Segurança, meio ambiente e saúde (SMS);
- 28/08 Salários, vantagens, condições de trabalho e o Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC).

No 1º dia de rodada de negociação, dia 15 de agosto de 2013, os diretores da FUP fizeram a apresentação e a defesa das cláusulas acima elencadas para este dia ao gerente executivo de recursos humanos (RH) da Petrobrás, Antônio Sérgio Oliveira Santana e demais pessoas presentes na sala de reuniões do RH do EDISE, ou seja, no edifício sede da empresa no Rio de Janeiro. Esta foi a primeira vez que a FUP negociou com o referido gerente, pois Antônio Sérgio Oliveira Santana tinha assumido o cargo em janeiro de 2013. Além de Antônio

⁵ A Fundação foi inicialmente criada para administrar o fundo de pensão dos funcionários do Sistema Petrobras. O primeiro plano efetivamente criado para atender a este grupo foi o Plano Petros. A Petros foi fundada pela Petrobras em julho de 1970. É o segundo maior fundo de pensão do Brasil e pioneira no mercado de previdência complementar do país. Seu principal compromisso é assegurar uma renda de aposentadoria capaz de manter o padrão de vida de seus participantes no futuro com tranquilidade e segurança. É mantida por contribuições mensais de empresas patrocinadoras, e seus empregados, e de associações, sindicatos ou conselhos de classe, e seus associados. A Petros paga pontualmente os benefícios desde a sua criação e, para isso, investe o patrimônio de seus participantes com responsabilidade, competência e transparência. Por ser uma fundação sem fins lucrativos, toda a rentabilidade alcançada é revertida para os planos de previdência. A Petros não remunera acionistas. A Petrobras é a maior patrocinadora da Petros, mas por ser um fundo de pensão multipatrocinado, a Petros também administra planos de previdência para outras empresas. Associações, sindicatos e conselhos de classe também podem oferecer a seus associados um plano de previdência. São os planos instituídos. Assim, médicos, dentistas, jornalistas, atuários, contadores, artistas e muitos outros profissionais podem ser participantes, desde que vinculados a algum sindicato, associação ou entidade de classe que seja um instituidor de um plano administrado pela Petros. A Petros conquistou seu primeiro cliente fora do ambiente Petrobras - a filial brasileira da YPF, antiga petrolífera Argentina, que mais tarde veio a ser adquirida pelo grupo espanhol Repsol em 1999. Informações disponíveis em https://www.petros.com.br/PortalPetros/faces/Petros/apetros/qms?_afLoop=1046679315966828&_afWindowMode=0&_adf.ctrl-state=nkesth7jf_4. Acessada em 20 de setembro de 2015.

Sérgio Oliveira Santana, também estava presente a sua assessora principal Regina Vale, gerente de recursos humanos de ambiência⁶.

Eu diria que em relação ao acordo coletivo, se a gente pegar nas questões das conquistas, o grande salto de qualidade que nós demos nessa batalha que nós tivemos, foi a gente ter a maturidade de saber a hora de começar e saber a hora de parar a greve. Então pra mim esse foi um salto de qualidade muito grande que a categoria petroleira deu. Talvez ela não tenha ainda a dimensão disso, porque as nossas greves funcionam um pouco assim: ao final da greve a gente não tem a dimensão daquilo que foi conquistado. E essa foi uma conquista importante: esse tempo das coisas. E outra conquista importante, foi uma demonstração também de maturidade política quando a gente consegue fazer uma greve pra dentro e pra fora da categoria. Trazendo o debate não só do Leilão de Libras, mas também da PEC 4330 pra dentro da categoria e também pra fora, pra sociedade. Então na minha avaliação pessoal, somente uma categoria que tem uma organização a nível nacional muito forte consegue fazer isso. Os petroleiros de fato conseguiram fazer. (PARANHOS, Entrevista com dirigente sindical petroleiro 1, 2013a)

Da 1ª rodada até a 6ª rodada de negociação devem ter estado presente em torno de uns quarenta funcionários da Petrobrás em cada rodada. O calendário do mês de agosto das negociações coletivas foi todo seguido.

Em relação à questão na negociação. Nós tivemos uma proposta apresentada pela Petrobras no dia 21 de outubro, o dia que foi marcado o leilão. A federação esteve presente nesta reunião, pegou a proposta da Petrobras e colocou, já naquele momento, alguns pontos em que divergia daquela proposta e que aquela proposta estaria rejeitada por parte da federação e aguardava por parte da companhia uma nova proposta. A empresa nos chama já na manhã do dia seguinte, no dia 22 para fazer apresentação da proposta e que eu vou ler aqui os pontos que foram diferentes da proposta do dia 21. No que diz respeito à proposta econômica: o reajuste passa pra 8,56 na RMNR, o que dá um ganho real na ordem de 1,87 quem tem o menor e pra 2,25 quem tem o maior ganho real. Isso representa, em relação a todas as categorias que tiveram a negociação de acordo ao longo deste ano, um dos maiores ganhos reais. O aumento da gratificação de contingente, que era uma remuneração de sei mil reais pra uma remuneração de sete mil reais; a questão da PRL futura, que assim que for cumprido o processo de negociação do acordo coletivo, a FUP e os sindicatos vão estar sentando com a Petrobras pra discutir e ainda este ano ela apresentar uma proposta de PRL futura... (PARANHOS, Entrevista com dirigente sindical petroleiro 2, 2013b)

A 4ª rodada aconteceu no dia 28 de agosto e 5ª rodada foi no dia 25 de setembro. Houve um interregno de quase um mês entre uma rodada e outra, pois a FUP sinalizou que a proposta de ACT 2013-2015 feita pela Petrobrás não atendia as reivindicações dos petroleiros. A Petrobrás apresentou uma contra-

⁶ Ambiência organizacional é um mecanismo de monitoramento da ambiência interna que observa e coleta as percepções dos empregados sobre o clima de trabalho, os aspectos da cultura da empresa e as condições que possivelmente permitirão as mudanças pretendidas.

proposta dos temas até então apresentados pelos sindicalistas na 5ª rodada de negociação no dia 25 de setembro de 2013.

Na 6ª rodada no dia 07 de outubro de 2013, os sindicalistas da FUP fizeram a apresentação das cláusulas que tratavam dos temas como salário, RMNR (remuneração por nível) e vantagens. Os funcionários dos recursos humanos da Petrobrás também apresentaram uma proposta à FUP sobre os mesmos temas. A FUP também rejeitou a contraproposta da Petrobrás apresentada na rodada anterior.

Teve sim. A questão das cláusulas ligadas ao SMS. Elas não foram atendidas por que veio como coisas superficiais, paliativas, mas não veio como essência, em profundidade que você pudesse dizer: aqui houve um avanço o SMS. Isso reflete um pouco a visão da empresa em relação a segurança da empresa, a questão do meio ambiente da empresa. Então por mais que [inaudível, 0:37:10] que foi travada de como a empresa é e tal, no acordo coletivo, a gente percebe que não há uma prioridade. Acho que a empresa prefere pagar as multas milionárias com vazamento, acidente, do que investir em segurança pra não ter que parar a sua produção. ... (PARANHOS, Entrevista com dirigente sindical petroleiro 3, 2013c)

No dia 17 de outubro estourou a greve nacional dos petroleiros que foi encerrada pelos petroleiros no dia 23 de outubro de 2013.

As 7ª e 8ª rodadas ocorreram, respectivamente, dias 21 e 22 de outubro. Foram as duas rodadas finais de negociação coletiva. Na 7ª rodada, no dia 21 de outubro de 2013, a Petrobrás apresentou outra proposta e os petroleiros continuaram em greve. Na 8ª rodada, na tarde do dia 22 de outubro de 2013, a Petrobrás apresentou outra contraproposta para os onze sindicalistas presentes. Após a exposição da nova contraproposta da empresa, os onze sindicalistas se retiraram e se reuniram em um hotel próximo. No mesmo dia 22 de outubro de 2013, os sindicalistas retornaram à Petrobras em torno das 23:00 h e continuaram discutindo algumas cláusulas que até então não tinham entrado em um consenso. A segunda e última reunião da 8ª rodada atravessou a madrugada do dia 23 de outubro de 2013 e a FUP através dos sindicalistas e a Petrobrás através dos gerentes dos recursos humanos fecharam um esboço de Acordo Coletivo do Trabalho 2013-2015 e terminaram a discussão em torno da 03:00 h da madrugada do dia 23 de outubro de 2013. De imediato, os diretores da FUP suspenderam a greve dos petroleiros no país e cada sindicato desta federação convocou assembleias para as bases de trabalhadores petroleiros deliberarem

sobre o Acordo Coletivo do Trabalho 2013-2015, a suspensão da greve e a continuidade do estado de assembleia⁷ permanente.

A Greve de outubro de 2013 e a participação dos petroleiros em outros movimentos de resistência

O ano de 2013 foi marcado por várias manifestações sociais e sindicais em que a categoria petroleira participou ora como coadjuvante ora como protagonista.

No dia 06 de março de 2013, a FUP e os seus sindicatos participaram da VII Marcha das Centrais Sindicais e Movimentos Sociais que reuniu 50 mil pessoas entre trabalhadores, militantes e estudantes que se concentraram em Brasília. A marcha teve como tema “Cidadania, Desenvolvimento e Valorização do Trabalho”. As principais bandeiras levantadas pela FUP no que tange à categoria petroleira foram à luta dos petroleiros por condições seguras de trabalho, o fim da precarização e da terceirização, o fim dos leilões de concessão de petróleo e gás e a defesa do controle social destas riquezas.

No dia 14 de maio de 2013 a FUP, junto com a Via Campesina, convocou um ato no Rio de Janeiro contra a 11ª rodada de licitações. Desde 2008 sem haver leilões por conta da pressão e resistência dos movimentos sociais, os leilões e a concessão de petróleo e gás com um novo marco regulatório, o regime de partilha da produção⁸ voltaram a ocorrer em 2013. Várias caravanas de

⁷ Zé Maria, então coordenador geral do SINDIPETRO NF explicou que desde o início da campanha de 2013 dos petroleiros que foi aprovado o estado de assembleia permanente pela base da categoria petroleira brasileira dos sindicatos filiados à FUP. O estado de assembleia permanente dá ao sindicato o direito de convocar assembleias no momento em que esta entidade percebe que deve acontecer. Desta forma, o sindicato se exime de cumprir determinados preceitos legais tais como convocação da assembleia em jornais de grande circulação, no boletim da entidade e entre outros meios. No nosso entendimento, Zé Maria explicou o que significa estado de assembleia permanente porque a base dos trabalhadores da Bacia de Campos (Rio de Janeiro e Espírito Santo) vem sendo paulatinamente renovada com o ingresso de jovens, em função de concursos que se abriram depois de 12 anos sem ter concurso público. Anotações pessoais da Assembleia realizada em 23 de outubro de 2013 no SINDIPETRO NF em Macaé-RJ.

⁸ Segundo o DIEESE (2003, p.7 e 8) “ o Regime de Partilha de Produção foi criado pela Lei 12.351/10 que regulamenta somente as áreas do pré-sal e aquelas consideradas estratégicas. Esta lei ainda estabeleceu um Fundo Social a ser financiado com recursos gerados pela produção das áreas do pré-sal, fundou uma empresa pública (Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA) para gerir os contratos de partilha da produção do petróleo e exigiu que a Petrobras fosse operadora do contrato (com uma participação de no mínimo 30% sobre as áreas licitadas). É importante ressaltar, ainda, que a legislação possibilita à União decidir entre estabelecer o contrato de

petroleiros provenientes de várias partes do Brasil se juntaram em frente ao Hotel Royal (no bairro de São Conrado na capital fluminense) onde a ANP iniciou a 11ª Rodada de Licitações⁹. Em 21 de outubro, o leilão de Libra foi o primeiro a acontecer dentro do novo marco regulatório do regime de partilha de produção. Apesar dos repertórios de confronto engendrados pelos petroleiros, tais como greves de 24h, passeatas, manifestações, audiências públicas com a ANP, ocupações e acampamentos, ações judiciais, a venda de 40% do Campo de Libra para as multinacionais Shell e Total Elf e 20% para as estatais chinesas CNPC e CNOOC foi efetivada e o Governo Federal adquiriu 40% e ficou com menos do que a metade do reservatório de petróleo deste campo. O leilão do Campo de Libra ocorreu em meio as rodadas de negociação coletiva da FUP com a Petrobrás e pela ação da categoria petroleira percebe-se que este tema presente na pauta reivindicatória deixou de ser circunscrito à uma pauta corporativa e mobilizou a sociedade brasileira como um todo.

A FUP também participou do Dia Nacional de Lutas no dia 11 de julho que teve como demandas o combate à precarização do trabalho, política permanente de investimentos em saúde, educação e transportes públicos, fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, reforma agrária, o fim dos leilões de petróleo e democratização dos meios de produção. Ao longo do ano, os petroleiros, bancários, metalúrgicos e várias categorias

partilha ou contratar diretamente a Petrobras para realizar a exploração e produção do pré-sal. Nesse novo modelo, a partilha prevê que a União fique com determinada parcela do petróleo excedente extraído pelo consórcio vencedor, já descontado o percentual da Petrobras (no mínimo 30%) e as taxações incidentes sobre a produção (royalties e impostos). O restante do petróleo e do gás natural cabe às empresas participantes do consórcio. O novo regime de exploração e produção procura incorporar a nova realidade trazida pelo pré-sal. A ampliação da participação estatal sobre a gestão dos recursos do pré-sal assumiu grande relevância nas reflexões sobre o tema, uma vez que as características (abundância de reservas de petróleo e o baixo risco da exploração) dessa região tendem a ampliar o fluxo de produção de petróleo e gás natural e, conseqüentemente, os recursos financeiros oriundos dessa atividade. O Fundo Social foi criado para ampliar os investimentos no desenvolvimento social e regional e também gerir as divisas provenientes das exportações do pré-sal com o intuito de minimizar os riscos de uma sobrevalorização cambial". Informações disponíveis em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec129LeilaoCampoLibra.pdf>>. Acessado em 10 de abril de 2015.

⁹ Mais informações sobre a 11ª Rodada de Licitações acesse <<http://www.fup.org.br/2012old/noticias/ultimas-noticias/2221086-ato-no-rio-tenta-impedir-a-11o-rodada>>. Acessado em 20 de maio de 2013.

lutaram contra a votação do Projeto de Lei 4330/2004¹⁰. O movimento sindical foi vitorioso no sentido que a votação foi suspensa até o final de 2013. Centrais sindicais e sindicalistas se fizeram presentes nos gabinetes dos políticos com o objetivo de ganhar aliados contra o referido P.L.

Levando em consideração o contexto acima e o fato de que a proposta de Acordo Coletivo do Trabalho apresentada pela Petrobrás no dia 7 de outubro não contemplava as reivindicações dos trabalhadores dos sindicatos filiados à FUP, Conselho Deliberativo da FUP rejeitou a proposta da Petrobras. Além disto, o Conselho Deliberativo sinalizou a realização de assembleias para os petroleiros aprovarem o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 17 de outubro. Além da rejeição da proposta de ACT feita pela empresa, a pauta reivindicatória da greve foi composta pelos seguintes pleitos:

- A suspensão imediata do leilão do Campo de Libra que é uma das principais bandeiras de luta da categoria nesta campanha reivindicatória;
- Intensificação da luta pelo Fundo Garantidor para os trabalhadores terceirizados;
- Luta pela derrota do PL 4330 que regulariza a precarização do trabalho.

A greve iniciou a zero hora do dia 17 de outubro e se estendeu até o dia 23 de outubro. Depois da greve de 1995¹¹, esta foi considerada a mais importante pelos sindicalistas e pelos trabalhadores petroleiros em função de uma série de conquistas históricas que serão tratadas mais para frente.

Neste momento, nós voltamos ao nosso ponto de partida, ou seja, nos debruçamos sobre as ações e mobilizações do SINDIPETRO NF. Assim como não tivemos condições e tempo hábil para acompanhar a confecção da pauta reivindicatória de todos os sindicatos filiados à FUP, também não tivemos possibilidade de analisar a greve em todos os sindicatos que compõem a FUP.

O Departamento Jurídico do Sindipetro-NF protocolou comunicados de greve no dia 14 de outubro para a Petrobrás, Transpetro, Ministério Público do

¹⁰ Em síntese, o Projeto de Lei 4330/2004 de autoria do empresário e deputado federal Sandro Mabel (PMDB/GO) permite a terceirização para as atividades-fim, reduz direitos e exime a responsabilidade solidária das empresas contratantes. FUP - Federação Única dos petroleiros. **Primeira Mão**. Retrospectiva 2013. (Boletim Especial)

¹¹ Veja Romão, Frederico Lisboa. **A greve do fim do mundo: Petroleiros**, 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

Trabalho e Procuradoria Regional do Trabalho, informando que a greve com parada de produção teria início a partir da primeira hora do dia 17. A entidade manteve o movimento mesmo com a Petrobrás tendo recorrido ao recurso de buscar a proibição da greve na justiça (interdito proibitório).

Conforme dito anteriormente, a greve começou a zero do dia 17 de outubro e já no primeiro dia do movimento paredista, uma série de ações e mobilizações foram realizadas pela categoria petroleira da Bacia de Campos. De acordo com o Nascente – Jornal do SINDIPETRO NF, sexta-feira, 18 de outubro de 2013, nº 818, das 46 plataformas então existentes, 43 aderiram ao movimento grevista. Das 43 plataformas, 15 foram entregues com a produção de petróleo parada ou reduzida. Quando os trabalhadores embarcados aderem à greve, é solicitado o desembarque coletivo devidamente documentado conforme orientação do sindicato. A operação de cada plataforma é entregue ao preposto da Petrobrás, qualquer que seja a condição operacional naquele momento e é apresentado para assinatura um termo de entrega em que o responsável pela instalação deve atestar que dispõe das condições técnicas necessárias para dar continuidade à operação segura da unidade. Os grevistas se colocam à disposição para a parada segura da unidade e caso tenha consenso, os trabalhadores continuam até a efetiva paralisação da operação da unidade. A recusa em assinar o termo de entrega não impedirá que a plataforma seja considerada entregue. No Terminal de Cabiúnas, da Transpetro, houve corte de rendição às 23h e a operação foi assumida pela equipe de contingência da empresa. Outra unidade de produção na Bacia de Campos é o então denominado Terminal de Cabiúnas e atualmente é denominada Unidade de Tratamento de Gás (UTG) -CAB que é uma unidade de tratamento de gás. Nesta unidade produtiva houve corte de rendição às 23h e a operação foi assumida pela equipe de contingência da empresa (leia-se pelegos, segundo os sindicalistas).

De acordo com Informe do Sindipetro NF do dia 17 outubro de 2013 que estava no site do sindicato “a adesão dos trabalhadores de turno é de 90% a 100%, com forte participação dos trabalhadores terceirizados e também do administrativo. A operação está sendo mantida na maioria das regiões do país por equipes de contingência da Petrobrás, formadas por gerentes, supervisores

e outros profissionais que normalmente não executam as tarefas de rotina das refinarias, plataformas e terminais, o que coloca em risco a segurança das equipes e das próprias unidades. Na plataforma PCE-1, em Macaé, a ação dos chamados pelegos pelos petroleiros teve como consequência um vazamento de petróleo no oleoduto, segundo denúncias dos trabalhadores da unidade que aderiram à greve”.

De um modo geral, os petroleiros se utilizaram de vários repertórios de confronto e performances tais como: a realização trancaços surpresas, protesto em frente à Justiça do Trabalho em Macaé, corte de rendição nos turnos do terminal de Cabiúnas, conversas nos aeroportos em que os trabalhadores são levados para as plataformas e em função disto muitos trabalhadores aderiram à greve.

Saúde e segurança, sem sobre de dúvida. Nosso acordo ele tem boas cláusulas de saúde e segurança; mas este ano, até pelos acontecimentos, até pela criação de um GT que discutiu a SMS, a nossa expectativa, particularmente a minha expectativa, era que nós déssemos um salto de qualidade de no sentido de, na empresa, passar uma mudança na sua maneira de enxergar o SMS. Mudar politicamente a forma de fazer SMS. E o que veio no acordo de SMS a gente vê que de fato não aconteceu. E aí às vezes com um detalhe simples, por exemplo, CIPA de 2 anos: liberação do ciclista eleito pra ele poder trabalhar como diverso ao papel como ciclista (PARANHOS, Entrevista com dirigente sindical petroleiro 3, 2013c).

A greve de 2013 foi concluída, depois de uma campanha que os petroleiros consideraram histórica.

Os Ganhos com o Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015:

Ganhos econômicos

O Acordo Coletivo 2013-2015, aprovado por 80% dos petroleiros do país, incluiu, em primeiro lugar, ganhos de ordem econômica. Os trabalhadores conseguiram da Petrobrás um reajuste de 6,09% sobre os salários básicos, e de 8,56% sobre a RMNR (ver final do capítulo 2). Além disso, conquistaram um abono salarial de uma remuneração, tendo sido estabelecido um valor mínimo de R\$ 7 200,00.

Outros benefícios foram o reajuste de 8,56% em todos os adicionais, e gratificações educacionais e no Programa Jovem Universitário, atingindo também os filhos dos trabalhadores.

Respondendo a demandas recorrentes do movimento sindical, o Acordo de 2013-2015 incluiu a extensão aos aposentados e pensionistas, dos 3 níveis conquistados pelos trabalhadores da ativa nas negociações dos anos de 2004, 2005 e 2006. Ficou acertado que esses direitos seriam efetivados através de acordos a serem incluídos nos autos das ações judiciais impetradas pelos trabalhadores e transitadas em julgado, com decisões favoráveis. Para os casos restantes, a Petrobrás se comprometeu a apresentar uma proposta no prazo de 180 dias.

Outras conquistas bastante importantes dessa rodada de negociação coletiva se relacionavam ao pagamento das horas-extras. Os petroleiros conseguiram o pagamento de 100% das horas-extras para os trabalhadores da manutenção e do regime administrativo, e o pagamento das horas-extras cumpridas no feriado de 21 de abril, para os trabalhadores em regimes especiais, assegurando, portanto, a retomada das chamadas “dobradinhas” (extra turno), de todos os feriados nacionais laicos.

Ganhos econômicos indiretos se referiram ao Vale Alimentação e ao Vale Refeição. Nesse plano, decidiu-se que os trabalhadores dos prédios administrativos que não possuem refeitórios, poderiam optar entre ficar com o atual benefício (Auxílio Alimentação), reajustado para R\$ 769, 56, ou mudar para o Vale Refeição (um cartão para carregamento de crédito), no valor de R\$ 831, 16, recebendo ainda outro cartão de Vale Alimentação para o qual poderia transferir parte do crédito do Vale Refeição (até 80% do valor). O Vale Refeição corresponde a um reajuste de 19,06 % em relação ao antigo valor adotado, além de não implicar pagamento (descontado) de imposto.

Plano de Carreira

Em relação ao Plano de Carreira, o Acordo incluiu igualmente, o avanço automático de Pleno para Sênior, nas carreiras de nível médio no final da faixa, e isso nos mesmos moldes do que já era praticado para os trabalhadores Junior.

Terceirização

No âmbito dos trabalhadores terceirizados, preocupação também contínua do movimento sindical, os petroleiros conquistaram, em primeiro lugar, a implementação de um fundo garantidor, comprometendo-se a Petrobrás a exigir, de todas as empresas que lhe prestam serviço, uma caução, seguro-garantia ou depósito bancário, num valor entre 1% e 5% do montante global do contrato.

Por outro lado, a negociação conseguiu garantir que todos os postos de fiscalização de contratos passem a ser exercidos por trabalhadores próprios da empresa.

Ganhos na área de saúde

Importante conquista do Acordo 2013-2015 referiu-se ao chamado Benefício Farmácia. A Petrobrás concordou com a reivindicação da FUP de custeio integral dos medicamentos para todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas, cobrando um desconto fixo, mensal, que variará entre R\$ 2,36 a R\$ 14,17, de acordo com a faixa de renda do empregado. O desconto fixo mensal deverá ser feito por titular e dependente. Paralelamente, a Transpetro e a Petrobrás Biocombustível se comprometeram a implementar o benefício também para todos os seus trabalhadores, incluindo os aposentados e pensionistas. O sistema incluirá serviços como entrega de medicamentos a domicílio, aviso pelo celular sobre horário dos remédios e outras informações no site do programa. Outro benefício é o reembolso em 7 dias (antes eram 60) para os medicamentos adquiridos em farmácias não credenciadas pelo programa.

Outro ganho na área de saúde refere-se à implantação do auxílio cuidador, na forma de reembolso de um salário mínimo nacional, para beneficiários incapacitados por deficiência, ou idosos com mais de 60 anos de idade, que estejam com suas capacidades funcionais comprometidas (mobilidade, higiene, alimentação, uso de medicamento), comprovadas através da Medida de Independência Funcional (MIF) do Ministério da Saúde inscritos no Programa de Assistência Especial (PAE).

Além disso, foi incluída a concessão de até 100 glicofitas por mês para pacientes diabéticos insulino-dependentes, com reembolso custeado pelo programa

Pequeno Risco, e estendida a AMS para os aposentados, pensionistas (e seus dependentes) da Transpetro e da Petrobrás Biocombustível até junho de 2014. Outro ganho importante foi o de reajuste médio de 28% das tabelas de odontologia para adequação dos valores aos praticados no mercado.

Outros benefícios sociais

Benefícios igualmente expressivos foram a extensão do Programa Jovem Universitário para todos os cursos de nível superior e a ampliação para mais um mês em cada semestre da cobertura das despesas com compras de livros dos estudantes de universidades privadas.

Igualmente a licença paternidade de 10 dias foi concedida, assim como a extensão da licença maternidade para as mães de prematuros pelo mesmo período em que o bebê permanecer internado após o parto, sendo que essa conquista passando a valer no momento da assinatura do Acordo para as licenças já em curso.

Fundo Petros

Quanto ao Plano Petros-2, ficou acordado que a Petrobrás implantará alternativa, opcional ao participante, para reduzir o impacto da defasagem de implantação desse plano sobre outras opções, considerando a diferença das contribuições realizadas nesse período.

Por sua vez a Petrobrás Biocombustível se comprometeu a tomar todas as providências necessárias para viabilizar o pagamento, em 2014, do serviço passado aos empregados que ingressaram no Plano Petros-2 até 90 dias após a sua implantação na empresa.

Finalmente, firmou-se o compromisso da Petrobrás em envidar todos os esforços necessários para restabelecimento do convênio com o INSS para pagamento dos benefícios da Petros.

Regimes e jornadas

O Acordo previu a elaboração, na Comissão de Regimes, de um acordo nacional para os trabalhadores que atuam nas paradas de manutenção. A Petrobrás se comprometeu a implementar em 90 dias linhas de ação para que nenhum trabalhador de regime especial seja negativado na volta das férias.

Quanto à Implantação de novas regras para o horário flexível a Petrobrás acordou que o excedente ao limite de 112 horas seja pago como hora extra. O saldo negativo superior a 32 horas poderá ser compensado num prazo de 90 dias.

A empresa aceitou restringir as viagens a serviço para que ocorram somente durante a jornada de trabalho. Quando não for possível, serão limitadas a no máximo 4 horas e pagas como horas-extras.

Anistia

Pelo Acordo, será constituída uma comissão paritária (trabalhadores e empresa) para acompanhar os processos em tramitação dos anistiados do Sistema Petrobrás, visando agilizar o retorno desses trabalhadores.

Assédio moral

O Acordo prevê a produção e disseminação pela empresa de materiais informativos voltados para a prevenção de práticas de assédios moral e sexual, bem como discriminação de gênero e étnico/racial.

Diversidade

Avanços também significativos garantiram para a trabalhadora grávida ou que esteja amamentando, que exerça suas atividades em áreas fora de risco relacionado à gravidez ou ao aleitamento, sem prejuízo dos seus adicionais e/ou condições de trabalho.

Foi aprovada também a implementação do Programa de Abordagem à Deficiência na Gestão de Pessoas, visando melhorias das condições de trabalho e inclusão dos empregados com deficiência. A Petrobrás também concordou em discutir as demandas dos trabalhadores com deficiência na Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo.

Mobilidade

Nas situações de transferência, a Petrobrás compatibilizará as necessidades dos trabalhadores com as da empresa, de forma a priorizar a unidade familiar.

Vale ressaltar que na assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 ficou acertado entre Petrobrás e FUP que o Grupo de Trabalho sobre a mensuração e os critérios de distribuição da PLR continuariam e que o Acordo de Regramento entraria

como um adendo do Acordo Coletivo de Trabalho. O que de fato ocorreu em 17 de fevereiro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os petroleiros brasileiros têm uma história marcante, ligada ao desenvolvimento econômico e à possibilidade de nosso país preservar um espaço de autonomia, pela independência energética, diante das potências do mundo ocidental e, principalmente, da hegemonia norte-americana.

Seu movimento sindical, combativo e sempre que possível unitário, baseou-se na organização e na luta constante, tendo atravessado momentos de democracia e de declarado autoritarismo político. Por outro lado, em décadas mais recentes, enfrentou o avanço de orientações neoliberais sobre seu trabalho, sobre seus direitos duramente conquistados e sobre o controle público das riquezas energéticas nacionais. Mais recentemente, vive as contradições do sindicalismo sob governos com características mais “populares” e tolerantes com suas lutas, mas que não perdem de vista a “eficácia gerencial” capitalista. Nesse contexto, o movimento petroleiro continua tentando proteger os trabalhadores, assim como persiste na defesa dos interesses do país.

Neste artigo, em várias partes, as características desse ator sindical são ressaltadas, tanto do ponto de vista do processo de viabilização de suas demandas trabalhistas, quanto da perspectiva de seu papel estratégico para reforçar que “o petróleo é nosso”, e como tal deve se manter. Na atualidade, quando mais uma vez a Petrobrás se vê no centro do interesse da sociedade, em virtude do escândalo de corrupção em seus contratos de licitação, envolvendo alguns de seus dirigentes e altos funcionários, além de grandes empresários privados, a exploração de uma fragilização da empresa pública reflete, em grande parte, mais uma vez, os fortes interesses internacionais por nossos ricos campos de petróleo.

A abordagem dessas questões se deu, neste trabalho, pela via da análise do processo de negociação coletiva pela perspectiva dos trabalhadores, explorando a riqueza e diversidade de suas pautas de reivindicações apresentadas a cada ano, e também os impasses do confronto com a empresa Petrobrás, um dos maiores símbolos da industrialização do país.

Tal análise foi reveladora sob vários aspectos. Em primeiro lugar, da importância, quase exclusiva, pelo menos no discurso atual de dirigentes e trabalhadores, do confronto direto com a empresa, sem maiores mediações. O reconhecimento, sem grande destaque, da intervenção da Justiça do Trabalho, se dá raramente, sem maior entusiasmo e com grande preocupação. A Justiça aparece, sem dúvida, mas nas entrevistas, imprensa sindical e documentos sobre a negociação coletiva, o poder judiciário – diferentemente do que ocorre com outras categorias que foram estudadas por outros autores - é um ator mais ou menos secundário nas narrativas sobre os conflitos. Talvez fosse o caso de aprofundar se o fato da Petrobrás ser uma empresa estatal interfere de alguma maneira numa aparente inibição da chamada judicialização dos conflitos, na medida em que o Estado –mesmo que não através de seu braço judiciário – já estaria presente nesse processo.

A capacidade de realizar a negociação direta com a empresa é, portanto, sempre destacada, e os trabalhadores confiam nos seus efeitos e na sua força. Usam a memória de lutas e conquistas passadas como referência e estímulo de novas ações. Apela para o DIEESE para análise da conjuntura e da situação do setor e da empresa, como forma de orientação. Suas ações, num amplo repertório que repete práticas historicamente adotadas, também inova conforme se apresentem situações também novas, exigindo estratégias mais adequadas.

Do confronto com a empresa, e em razão de sua luta, os petroleiros vem acumulando muitas vitórias, e somando aos ganhos de natureza econômica, ganhos sociais importantes. Nesse sentido, acompanhar cuidadosamente a negociação coletiva para o Acordo 2013-2015, considerado um dos melhores acordos coletivos dos últimos anos, permitiu descrever e refletir sobre um caso que pode ser tomado como exemplar entre as negociações coletivas da categoria para os tempos recentes.

A força da greve de outubro de 2013 foi central para conquistar tal acordo. Ela possibilitou que, ao lado de reajustes salariais, benefícios para a carreira e sociais, atingindo os trabalhadores efetivos e ativos da empresa, o acordo beneficiasse também os trabalhadores terceirizados, aposentados e pensionistas. O “fundo garantidor” para os trabalhadores terceirizados, uma das principais conquistas da negociação analisada, será fundamental, no entender

dos petroleiros, para fortalecer a luta do movimento sindical contra o Projeto de Lei 4330, que prevê a liberação plena da terceirização no Brasil.

Antes da greve, a empresa não tinha dado resposta à pauta de demandas da categoria. A partir dela, os trabalhadores levaram a empresa a negociar, conceder melhorias e ainda assumir o compromisso de não punir os grevistas.

Não é, portanto, sem razões que os petroleiros narram e se orgulham de suas lutas. E que se mantem, através do tempo, como protetores do sistema energético nacional, sustentando, ano após ano, a bandeira da defesa do petróleo e da Petrobrás como patrimônio público da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o movimento petroleiro continua tentando proteger os trabalhadores, assim como persiste na defesa dos interesses do país.

Referências

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Os modelos de exploração de petróleo no Brasil e as questões relacionadas ao surgimento do pré-sal: o debate sobre o Campo de Libra**. Nota técnica, 129, outubro 2013.

FUP - Federação Única dos petroleiros. Primeira Mão. Retrospectiva 2013. (Boletim Especial)

PARANHOS, M.S. **Entrevista com dirigente sindical petroleiro 1**, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2013a. Entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2013.

_____. **Entrevista com dirigente sindical petroleiro 2**, Rio de Janeiro, 2013b. Entrevista concedida em 20 de novembro de 2013.

_____. **Entrevista dirigente sindical petroleiro 3**, Rio de Janeiro, 2013c . Entrevista concedida em 13 de novembro de 2013

PEREIRA. P.S. A indústria petrolífera e seus reflexos na economia fluminense. In: **Seminário Regional Sudeste - DIEESE/CESIT/CNPq**, São Paulo, 13 e 14 de março de 2002. Anais

PETROBRAS e Federação Única dos Petroleiros (FUP). **Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015**. 2014. 79 p. Disponível em <<http://www.fup.org.br/images/downloads/act-2013-petrobras.pdf>>. Acessado em 02 de fevereiro de 2015.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **A greve do fim do mundo: Petroleiros**, 1995. A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006.

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE. **Imagem**, edição 47, 2016. Especial 20 anos.

SOUSA, Rodinele Ribeiro de. **A identidade de classe dos petroleiros da Bacia de Campos dos Goytacazes**, RJ, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012. 153f.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.